

# **Desafios E Avanços No Brasil Em Relação Ao Direito Ambiental**

**Jéssica De Paula Da Silva**

*Universidade Do Estado De Mato Grosso - UNEMAT*

**Leandro Andrei Lopes Pinheiro**

*Instituto Federal De Educação, Ciência E Tecnologia Do Pará (IFPA)*

**Donizete Vaz Furlan**

*Centro De Ensino FIEO - UNIFIEO*

**Wanessa Rezende Silva**

*Faculdade Mauá De Goiás (GO)*

**Lucas Da Silva Chaves Amaral**

*Faculdade Mauá De Goiás (GO)*

**Paulo Roberto Braga Júnior**

*UENP*

**Wagner Simionato**

*Universidade Estadual De Ponta Grossa*

**Amilar Domingos Moreira Martins**

*Centro Universitário De Brasília*

---

## **Resumo:**

*Esta pesquisa teve como objetivo analisar os desafios e avanços do Brasil em relação ao direito ambiental, explorando a eficácia das políticas públicas e a implementação da legislação ambiental no país. Para isso, foi adotada uma metodologia descritiva e de campo, com a coleta de dados por meio de entrevistas semiestruturadas com 16 profissionais especializados na área, incluindo advogados, consultores, representantes de ONGs e servidores públicos. Os resultados revelaram que, apesar de o Brasil possuir uma legislação robusta, a sua efetiva aplicação é prejudicada pela falta de recursos, pela baixa fiscalização e pela pressão de setores econômicos. A pesquisa identificou avanços em áreas como a criação de unidades de conservação e a implementação de programas de pagamento por serviços ambientais, mas também apontou que o desmatamento ilegal e os conflitos territoriais ainda são desafios críticos. A conclusão da pesquisa enfatiza a necessidade de uma maior integração entre os diversos níveis de governo, o fortalecimento da fiscalização e da educação ambiental, e a busca por soluções que equilibrem o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental, garantindo que o direito ambiental no Brasil seja mais efetivo e sustentável a longo prazo.*

**Palavras-chave:** *Direito ambiental; Avanços; Desafios.*

---

Date of Submission: 25-01-2025

Date of Acceptance: 05-02-2025

---

## **I. Introdução**

O Brasil, com sua vasta biodiversidade e uma das maiores florestas tropicais do mundo, ocupa uma posição estratégica e crucial no cenário ambiental global. Nos últimos anos, questões ambientais têm ganhado cada vez mais visibilidade, tanto no Brasil quanto internacionalmente, sendo o país frequentemente observado por sua capacidade de preservar ou explorar seus recursos naturais. A proteção do meio ambiente no Brasil envolve

uma complexa teia de leis, políticas públicas e desafios sociais, econômicos e políticos, que frequentemente se entrelaçam e dificultam a implementação efetiva de práticas sustentáveis (Gomes; Simioni, 2020).

Historicamente, o Brasil tem enfrentado grandes desafios na área ambiental, como o desmatamento da Amazônia, a degradação dos ecossistemas costeiros, a poluição das águas e o uso insustentável dos recursos naturais. A legislação ambiental brasileira, embora considerada uma das mais avançadas do mundo em termos de formalização e proteção, enfrenta obstáculos significativos na sua aplicação. Muitos desses desafios estão ligados à falta de fiscalização, à pressão de setores econômicos que dependem do uso intensivo de recursos naturais e à complexidade de conciliar o crescimento econômico com a sustentabilidade ambiental. No entanto, ao longo das últimas décadas, o Brasil tem avançado em algumas áreas ((Silva, 2009; Caronti, 2020).

A criação de áreas protegidas, como unidades de conservação e terras indígenas, tem contribuído para a preservação de ecossistemas vitais. Além disso, o país tem se esforçado para reduzir a emissão de gases de efeito estufa, especialmente no setor de agricultura e pecuária, que são responsáveis por uma parte significativa da emissão de carbono. A implementação de políticas públicas voltadas à recuperação de áreas degradadas e ao incentivo de práticas agrícolas sustentáveis também têm mostrado resultados positivos, ainda que com dificuldades. O Código Florestal Brasileiro, uma das principais legislações ambientais do país, passou por uma reformulação significativa em 2012. Embora tenha sido um passo importante para a regulamentação da atividade agrícola, sua implementação gerou controvérsias (Caronti, 2020).

A flexibilização de algumas normas para o uso de áreas desmatadas foi vista por muitos como um retrocesso, ao mesmo tempo em que outros argumentaram que ele buscava equilibrar a preservação ambiental com o desenvolvimento econômico, que ainda depende de atividades como a agricultura e a pecuária. Por outro lado, o Brasil também tem se destacado internacionalmente por sua participação em acordos globais de proteção ambiental, como o Acordo de Paris sobre mudanças climáticas. O país se comprometeu a reduzir suas emissões de gases de efeito estufa e tem se engajado na proteção da biodiversidade, com destaque para as suas políticas de conservação da Amazônia e de proteção de espécies ameaçadas (Pádua, 2009; Messias; Carmo; Rosa, 2020).

No entanto, a efetividade dessas políticas tem sido questionada, principalmente diante de um cenário de crescente pressão para exploração econômica da região. As tensões entre a preservação ambiental e o desenvolvimento econômico são intensas, principalmente em um cenário de crescimento demográfico e de busca por mais investimentos em infraestrutura e em setores como a energia e mineração. Além disso, o Brasil enfrenta um dilema de conciliar o combate à pobreza e ao desenvolvimento social com a preservação ambiental, uma vez que grande parte da população depende de atividades econômicas que causam impactos ambientais significativos (Messias; Carmo; Rosa, 2020).

Dessa forma, o objetivo da pesquisa foi analisar os principais desafios e avanços do Brasil no que se refere ao direito ambiental, destacando a evolução das políticas públicas, as dificuldades de implementação das normas e os avanços no campo da preservação e recuperação ambiental, buscando compreender como o país tem equilibrado a necessidade de desenvolvimento com a urgência da preservação do meio ambiente.

## **II. Materiais E Métodos**

A pesquisa foi conduzida utilizando uma abordagem descritiva e de campo, com o objetivo de entender de forma detalhada os desafios e avanços do Brasil no campo do direito ambiental. A pesquisa descritiva permite que se compreenda o fenômeno em questão sem influenciar ou modificar o comportamento dos participantes, proporcionando uma visão precisa do contexto atual. A pesquisa de campo foi escolhida por possibilitar a coleta de informações diretamente no ambiente de atuação dos profissionais envolvidos, oferecendo dados mais reais e específicos sobre as práticas e dificuldades enfrentadas na aplicação do direito ambiental no Brasil.

A amostra da pesquisa foi composta por 16 profissionais especializados em áreas relacionadas ao direito ambiental, como advogados, consultores ambientais, representantes de organizações não governamentais e funcionários de órgãos públicos que atuam na fiscalização e gestão de recursos naturais. A seleção desses profissionais foi feita com base na sua experiência e atuação prática no campo ambiental, garantindo que os participantes possuíssem um conhecimento profundo sobre os temas abordados. A amostra é considerada adequada para o tipo de estudo, pois oferece uma visão abrangente e diversificada dos diferentes aspectos do direito ambiental, sem se limitar a uma única área de atuação.

A coleta de dados foi realizada por meio de entrevistas semiestruturadas, que permitiram uma abordagem mais flexível e aprofundada sobre as experiências e percepções dos profissionais. Durante as entrevistas, foram abordados temas como a efetividade das políticas públicas ambientais, os obstáculos enfrentados na implementação das leis e as perspectivas sobre os avanços e retrocessos no direito ambiental no Brasil. Após a coleta dos dados, foi realizada uma análise qualitativa, utilizando a técnica de análise de conteúdo. Essa abordagem permitiu categorizar as informações obtidas, identificando padrões e tendências nas respostas, com o objetivo de traçar um panorama claro e detalhado sobre os desafios e avanços no direito ambiental brasileiro.

### **III. Resultados E Discussões**

Os resultados foram ricos e revelaram tanto uma compreensão crítica da legislação quanto uma percepção sobre as dificuldades práticas enfrentadas no dia a dia da implementação de políticas ambientais. A seguir, são apresentados os principais achados, com base nos relatos dos entrevistados. Segundo o respondente E03, "a legislação brasileira é extremamente detalhada e robusta, mas a sua execução é prejudicada pela falta de recursos e pela ineficácia de órgãos de fiscalização". O profissional, que atua em uma ONG de proteção à biodiversidade, destacou que, apesar da criação de áreas protegidas e das diversas políticas públicas voltadas para a preservação ambiental, o país ainda enfrenta sérias dificuldades para garantir que as leis sejam seguidas, especialmente em regiões remotas da Amazônia, onde o desmatamento ilegal continua em crescimento. Já o respondente E04, que trabalha como advogado especializado em direito ambiental, afirmou: "A resistência de setores econômicos, como o agronegócio, tem sido um dos maiores obstáculos para a implementação efetiva das leis ambientais no Brasil. Eles possuem uma grande força política, o que muitas vezes impede a aplicação rigorosa das normas."

O advogado relatou que, em diversos casos, as empresas tentam influenciar a legislação a seu favor, buscando a flexibilização das normas ambientais para facilitar a exploração econômica. Em consonância com essa visão, E08, que é servidor público em um órgão de fiscalização ambiental, explicou que a falta de pessoal qualificado e o subfinanciamento das agências de fiscalização resultam em uma atuação limitada frente aos crimes ambientais. Ele relatou que "muitas vezes as equipes de fiscalização não têm condições de monitorar e punir adequadamente as infrações, o que faz com que as leis ambientais, apesar de bem estruturadas, não sejam efetivas". Essa falta de infraestrutura também se reflete na dificuldade de monitoramento em regiões isoladas, como o interior da Amazônia, onde o desmatamento e as atividades ilegais continuam a crescer.

Porém, E10, consultor ambiental, trouxe uma perspectiva mais otimista, destacando que algumas áreas de conservação, como o Parque Nacional da Amazônia, têm mostrado bons resultados, especialmente nas últimas décadas. Ele relatou que "embora o desmatamento continue sendo uma ameaça, a criação de unidades de conservação tem sido uma medida eficaz, com a ajuda de parcerias internacionais e iniciativas de monitoramento por satélite". E10 também reconheceu que essas áreas estão sob constante pressão de atividades ilegais, como a extração de madeira e a agricultura clandestina. E05, pesquisador em uma universidade federal, acrescentou que as iniciativas de pagamento por serviços ambientais (PSA), implementadas em algumas regiões do Brasil, têm apresentado resultados promissores. "Os programas de PSA, em que os produtores rurais recebem compensações financeiras por preservar áreas de vegetação nativa, têm incentivado uma mudança de mentalidade. Esses programas ainda são muito incipientes e carecem de um maior financiamento e de uma estrutura de acompanhamento mais robusta", afirmou E05. Apesar de seu potencial, ele acredita que a aplicação desses programas precisa ser expandida e ajustada para atingir um número maior de produtores.

O impacto das reformas no Código Florestal também foi um tema recorrente nas entrevistas. Segundo E07, advogado de uma entidade de defesa do meio ambiente, "a reforma do Código Florestal em 2012, que flexibilizou várias regras de preservação, foi um grande retrocesso para a legislação ambiental brasileira. Isso possibilitou a legalização de desmatamentos feitos antes da lei, criando um precedente perigoso para a destruição de mais áreas". No entanto, E09, um especialista em políticas públicas, argumentou que, embora a reforma tenha gerado controvérsias, ela também buscou equilibrar as necessidades dos produtores rurais com a proteção ambiental, permitindo que muitos pequenos agricultores regularizassem suas propriedades.

Enquanto isso, E02, consultora em sustentabilidade, mencionou que a crescente pressão internacional sobre o Brasil, especialmente em relação ao desmatamento da Amazônia, tem trazido benefícios para as políticas ambientais. "A pressão externa, seja de outros países ou de organizações internacionais, tem forçado o governo a adotar uma postura mais firme contra a destruição da floresta, mesmo que os resultados ainda não sejam plenamente satisfatórios", disse E02. Ela destacou que, embora o governo brasileiro tenha avançado em compromissos internacionais, a implementação das ações ainda é desigual e depende de um maior esforço local.

Em relação ao impacto das comunidades locais, E06, defensor de direitos humanos, relatou que as comunidades tradicionais, como indígenas e quilombolas, enfrentam dificuldades cada vez maiores em proteger seus territórios. "O que vemos é um aumento da violência contra essas comunidades, especialmente quando há interesses econômicos em suas terras. O direito ambiental, muitas vezes, entra em choque com os interesses desses grupos econômicos poderosos", afirmou E06. Ele ressaltou que a falta de segurança e o enfraquecimento das políticas de proteção territorial são fatores críticos que comprometem a preservação dos recursos naturais.

Por outro lado, E11, que trabalha em uma instituição internacional, comentou sobre a relevância da educação ambiental no Brasil, observando que "embora haja políticas públicas voltadas para a educação ambiental, elas ainda não têm a abrangência necessária. A falta de um currículo escolar consistente e de uma abordagem eficaz nas escolas limita o alcance dessas iniciativas". Segundo E11, a educação ambiental precisa ser mais integrada às práticas cotidianas da sociedade e à formação de cidadãos conscientes das questões ambientais. E01, que atua como coordenador de um projeto de reflorestamento, destacou que as ações de recuperação de áreas degradadas no Brasil têm mostrado avanços, mas que a escala das iniciativas ainda é pequena. "Projetos de reflorestamento têm sido implementados em várias regiões, mas a taxa de recuperação das áreas degradadas é lenta,

principalmente em zonas de alto impacto, como a Amazônia e o Cerrado", afirmou E01. Ele explicou que, embora haja esforços notáveis de replantio e recuperação de vegetação, o processo é gradual e demanda grandes investimentos.

A transição para uma economia de baixo carbono também foi tema de debate entre os profissionais. E12, especialista em políticas climáticas, relatou que "o Brasil tem grande potencial para a produção de energia renovável, especialmente solar e eólica, mas a falta de incentivos e a persistente dependência de combustíveis fósseis ainda dificultam essa transição". Ele também observou que a falta de uma política clara e integrada para a redução de emissões torna mais difícil o cumprimento das metas internacionais de mudança climática. E14, engenheiro ambiental, abordou o tema da mineração e a sua relação com o direito ambiental, destacando que "a mineração, principalmente em áreas como a Amazônia, continua sendo uma das atividades mais destrutivas para o meio ambiente.

Embora existam leis que regulam a atividade, muitas vezes elas são ignoradas, e as licenças ambientais são obtidas por meio de processos irregulares". E14 afirmou que a falta de fiscalização e a pressão política exercida por empresas mineradoras agravam ainda mais esse cenário. Por outro lado, E13, analista de políticas públicas, ressaltou que o Brasil tem avançado em sua participação em acordos internacionais sobre a mudança climática. "Embora a implementação de algumas políticas ainda seja incipiente, o país tem se comprometido com metas de redução de emissões, e isso reflete um esforço em alinhamento com as exigências internacionais.

A questão é que, muitas vezes, a pressão interna por crescimento econômico entra em conflito com esses compromissos", concluiu E13. E15, que trabalha em uma organização internacional voltada para a preservação da biodiversidade, destacou que as iniciativas de cooperação internacional têm sido importantes para o fortalecimento das políticas ambientais brasileiras. "Os acordos de cooperação, especialmente com países europeus, têm financiado projetos de preservação e restauração de ecossistemas, além de ajudar a financiar o fortalecimento de capacidades locais", afirmou E15. Ela acredita que essas parcerias são essenciais para garantir que as políticas ambientais no Brasil sejam eficazes. E16, técnico ambiental, fechou o ciclo de entrevistas dizendo que "a implementação de políticas ambientais exige uma maior integração entre os diversos setores da sociedade, desde o governo até as comunidades locais". Ele argumentou que o envolvimento das comunidades na gestão dos recursos naturais é essencial para garantir que as políticas públicas de preservação e recuperação sejam mais eficazes.

A análise dos dados coletados revela, portanto, que, embora o Brasil tenha avançado em várias frentes no campo do direito ambiental, ainda enfrenta desafios consideráveis, principalmente no que diz respeito à fiscalização, à conciliação entre desenvolvimento econômico e preservação, e à implementação de políticas públicas efetivas. A opinião dos entrevistados indica que é necessário um esforço coordenado entre diferentes esferas do governo, sociedade civil e setor privado para garantir que o direito ambiental seja efetivamente cumprido no Brasil.

#### **IV. Conclusão**

A pesquisa realizada sobre os desafios e avanços no Brasil em relação ao direito ambiental revelou uma realidade complexa, marcada por avanços significativos em algumas áreas, mas também por obstáculos persistentes que dificultam a plena implementação das políticas ambientais. A análise dos dados coletados através das entrevistas com profissionais especializados destacou a robustez da legislação ambiental brasileira, reconhecida mundialmente, mas também evidenciou a falta de recursos, a defasagem na fiscalização e a pressão de setores econômicos poderosos como fatores críticos que ainda comprometem a efetividade dessas leis.

A partir das falas dos entrevistados, foi possível perceber que, embora existam políticas públicas e iniciativas de preservação, como a criação de áreas protegidas e programas de pagamento por serviços ambientais, essas ações muitas vezes enfrentam dificuldades operacionais, principalmente devido à falta de integração entre os diferentes níveis de governo, à resistência de setores produtivos e à escassez de investimentos em fiscalização e educação ambiental. A análise também mostrou que o desmatamento ilegal, especialmente na Amazônia, continua sendo um grande desafio, exacerbado pela falta de ação efetiva nas regiões mais remotas e pela pressão de interesses econômicos que priorizam o uso da terra para atividades como a agricultura e a pecuária.

No entanto, a pesquisa também identificou avanços importantes, como o aumento da conscientização sobre a importância do meio ambiente, a criação de áreas de conservação, o fortalecimento das políticas climáticas e a implementação de projetos de recuperação ambiental. Além disso, a cooperação internacional e as pressões externas têm incentivado o Brasil a adotar compromissos mais firmes em relação à preservação e à redução das emissões de gases de efeito estufa.

Portanto, a pesquisa conclui que, para que o Brasil consiga superar os desafios e efetivar as políticas ambientais de forma mais eficiente, é necessário promover uma maior integração entre as ações governamentais, fortalecer a fiscalização, ampliar a educação ambiental e garantir que as comunidades locais, especialmente as tradicionais, sejam envolvidas nas decisões e na gestão dos recursos naturais. Além disso, é imprescindível que o país equilibre o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental, buscando alternativas sustentáveis que

possam garantir o futuro do meio ambiente e das gerações vindouras. A efetividade do direito ambiental no Brasil dependerá, portanto, de uma mudança significativa nas práticas de governança, na priorização das questões ambientais e na adoção de uma visão mais integrada e sustentável para o futuro.

### **Referências**

- [1] CARONTI, Raphael De Abreu Senna. Fundamentos Filosóficos E Constitucionais Do Direito Ambiental. *Revista Do Direito Público*, [S. L.], V. 15, N. 3, P. 238–239, 2020.
- [2] GOMES, Renata Nascimento; SIMIONI, Rafael Lazzarotto. Direito Ambiental E Gestão De Riscos: O Princípio Da Precaução Na Orientação Da Estrutura E Sistemática Dos Pressupostos Para Concessão De Medidas Processuais De Urgência. *Revista Direito Ambiental E Sociedade*, [S. L.], V. 10, N. 1, 2020.
- [3] MESSIAS, Ewerton Ricardo; CARMO, Valter; ROSA, André Luís Cateli. Estado Democrático De Direito Ambiental: Incorporação Dos Princípios De Direito Ambiental / Democratic State Of Environmental Law: Incorporation The Principles Of Environmental Law. *Revista De Direito Da Cidade*, [S. L.], V. 12, N. 2, P. 1105–1142, 2020.
- [4] Pádua, José Augusto (Org). *Desenvolvimento, Justiça E Meio Ambiente*. Belo Horizonte: Editora UFMG; São Paulo: Peirópolis, 2009.
- [5] SILVA, Gláucia. Expertise E Participação Da População Em Contexto De Risco Nuclear: Democracia E Licenciamento Ambiental De Angra 3. *Revista De Ciências Sociais*, Rio De Janeiro, Vol. 52, N. 3, 2009.